COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.578, DE 2001

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a Carteira Nacional de Habilitação de pessoas portadoras de Diabetes Mellitus.

Autor: Deputado OSMAR SERRAGLIO

Relator: Deputado HUGO LEAL

I - RELATÓRIO

1. O Projeto de Lei sob crivo pretende acrescentar **§ 12** ao **art. 159** da **Lei nº 9.502, de 23 de setembro de 1997**, que institui o **Código de Trânsito Brasileiro**, para que passe a constar da **Carteira Nacional de Habilitação**, de pessoas portadoras de **Diabetes Mellitus**, a denominação “**Diabético**”.

2. Diz o seu autor, em **justificação**, que de acordo com o **art. 159** do **Código de Trânsito Brasileiro** a **Carteira Nacional de Habilitação** tem fé pública, equivalendo a documento de identidade em todo o território nacional, sendo utilizado, por isso, como informativo em havendo necessidade de socorro médico em casos de acidente de trânsito, já constando da **CNH** campos relativos a doação de órgãos e tecidos, a definição do grupo sanguíneo e fator RH. Havendo várias espécies de diabéticos, sendo o insulino-dependente acometido de crises de hipo ou hiperglicemia, demandado ajuda médica, imediata e adequada.

3. Submetido à COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES, foi a proposição aprovada por unanimidade, nos termos do parecer do Relator, Deputado CHICO DA PRINCESA.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

1. É da competência da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA o exame de todas as proposições submetidas à Câmara dos Deputados e suas Comissões, à luz da **constitucionalidade**, da **legalidade**, da **juridicidade**, da **regimentalidade** e da **técnica legislativa**, a teor do **art. 32, IV**, alínea a do Regimento Interno.

2. O projeto de lei em pauta visa à aditar mais um **parágrafo – o 12 – ao art. 159, da Lei nº 9.502, de 23 de setembro de 1997**, que institui o **Código de Trânsito Brasileiro**, disposição esse que, exatamente, traça normas para a **Carteira Nacional de Habilitação – CNH**.

3. Ora, a Lei invocada – 9.502/97 - que contém em seu bojo o **Código de Trânsito Brasileiro**, foi editada pelo Congresso Nacional em face do **art. 22**, que concede à **União competência privativa para legislar sobre trânsito**.

4. Assim sendo e considerando o exposto, o voto conclui pela **constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa** do PL nº 5.578, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado HUGO LEAL
Relator